REPRESENTAÇÕES DE LÍNGUA: ANÁLISE DE TÍTULOS DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO POR UMA VIDA MELHOR

Evelise Raquel Morari [1]
Claudete Moreno Ghiraldelo [2]

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar uma análise de oito títulos de matérias jornalísticas veiculadas em sites de jornais brasileiros, para estimular a polêmica gerada pela grande mídia sobre o livro *Por uma vida melhor,* destinado à Educação de Jovens e Adultos. Os títulos são analisados considerando-se as regularidades enunciativas que remetem a determinados discursos, resultantes de formações ideológicas. A análise é feita seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, propostos por Pêcheux. Como resultado da análise, percebemos que todos os títulos das notícias de jornais analisados parecem entender que existe uma língua boa, correta, única e verdadeira, fazendo, assim, com que haja uma regularidade diante da representação de língua no discurso jornalístico.

Palavras-chave: Linguística aplicada; Análise do discurso; Educação de Jovens e Adultos; Representação de língua portuguesa.

Abstract: The research here aims to analyze eight titles of journalistic texts published by Brazilian sites, about the controversy generated by the Media about the textbook *Por uma vida melhor* , used for Adults and Youth Education. The titles are analyzed by the enunciative regularities that refer to certain discourses, resulting from ideological formation, and how these discourses are materialized into linguistic surface. The analysis is made following the theoretical and methodological premise of French discourse analysis, guided by Michel Pêcheux. As result of the analysis, we realized that all the titles from the analyzed texts lead us to understand that there is only one good, correct, unique and true language, making them having regularity regarding the concept of language on journalistic discourses.

Keywords: Applied Linguistics; French Discourse Analysis; Adults and Youth Education; Representation of Portuguese language.

[1] Mestranda do curso de Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté, Bolsista Fapesp, processo 2013/23427-0.
[2] Doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP, Professora no ITA e Professora Colaboradora na UNITAU, no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada.

Introdução

Em 17 de maio de 2011, a Rede Globo de Televisão divulgou no telejornal *Bom dia Brasil*, que vai ao ar diariamente às 7 horas, que o MEC, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), estava distribuindo às escolas um livro, contendo erros gramaticais. Trata-se do livro de Língua Portuguesa *Por uma vida melhor*, escrito por 14 professores ou estudiosos da área, publicado pela Editora Global, livro que se dirige a estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e deveria ser adotado para os anos de 2011, 2012 e 2013.

A partir dessa notícia, foi instaurada uma grande polêmica em torno da língua, que durou alguns meses. Diversos veículos de comunicação – jornais impressos e online, TV, rádios – divulgaram textos de sobre o livro, escritos por jornalistas, gramáticos, lingüistas e professores. Foram muitas também as entrevistas com profissionais dessas áreas.

Neste artigo, analisaremos oito títulos de textos de opinião valendo-nos dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux, em 1969, como será explicado na seção *Pressupostos teórico-metodológicos*. Esta pesquisa tem como objetivo verificar que discursos os jornalistas materializam e, também, quais as formações ideológicas que sustentam esses discursos.

Pressupostos teórico-metodológicos

Como mencionado anteriormente, o nosso olhar sobre os títulos dos textos estarão voltados para o discurso. Isso significa olhar não apenas para a complexidade material dos enunciados, mas, sobretudo, para a relação indissociável entre língua/linguagem, no nosso caso língua portuguesa, falante/sujeito e memória. Não há como explanarmos cada conceito separadamente, pois, em Análise do Discurso (AD), um conceito remete a outro, tornando difícil traçar uma definição limitada para cada um deles.

Segundo Orlandi (1988/2000) [3], a linguagem só interessa para a AD na medida em que ela faz sentido para sujeitos históricos. Afirma: a AD trabalha com a "língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade" (ORLANDI, 2000, p.16). Acrescenta: "é o discurso que torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da

[3] Quando for feita pela primeira vez a referência a obras, notaremos primeiro a data do original e, em seguida, a data da obra utilizada, nessa ordem.

existência humana" (ORLANDI, 2000, p.15). Os discursos estabelecem todas as nossas relações e nossos limites; dizem ou tentam dizer quem somos, quem são os outros, onde estamos, o que vamos fazer, o que fizemos. Com eles, os homens agem de modo constitutivo e transformador sobre a realidade natural e social. É analisando os discursos, ou melhor, as práticas discursivas (FOUCAULT, 1969/2014), que podemos conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se por meio da linguagem. Portanto, como nos mostra Orlandi (2000), analisar o discurso requer a interpretação dos sujeitos falantes, considerando a produção de sentidos como atividade social.

Foucault (2014) define discurso como

> [...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (p.143).

Dessa forma, a relação dos sujeitos com o discurso dá-se por meio das formações discursivas. Foucault (2014, p.47) fala sobre a formação discursiva:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva.*

Segundo Pêcheux (1975/ 2009), formação discursiva (p.174) se define como "[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*". Os sentidos estão relacionados à formação ideológica na qual o sujeito se inscreve, e isso faz com que ele possa se deslocar para outra formação discursiva, com a qual poderá se identificar. O autor acrescenta dizendo que "os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes" (p. 147).

Uma formação discursiva dialoga constantemente com outras formações discursivas, não é algo fechado em si mesmo. Segundo Pêcheux, toda produção de linguagem está sempre inscrita em uma formação discursiva.

Para a AD, o discurso é o "lugar" onde os enunciadores/sujeitos, valendo-se da língua, materializam discursos que produzem efeitos de sentido, sempre enunciado a partir de condições de produção dadas. Ou, nas palavras de Pêcheux (1969/2010), discurso "não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um 'efeito de sentidos' entre A e B" (p. 81).

Foucault (2014) define discurso como "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições da função enunciativa" (p. 97). Ou seja, o discurso é um conjunto de enunciados que derivam da mesma formação discursiva. Pêcheux (2010), acrescenta, ainda, que a unidade elementar do discurso é o enunciado. Para ele, o termo *enunciado* se restringe às produções verbais e, para Foucault (2014), o *enunciado* vai além da linguagem verbal, podendo ser símbolos, como uma cruz, representando uma religião das religiões cristãs, e até mesmo atos, como uma passeata, por exemplo.

O discurso é o lugar onde ideologias são postas em funcionamento, onde a ideologia é materializada pela linguagem. Sendo assim, o discurso realiza-se na materialidade linguística como um conjunto de enunciados que se apoia num conjunto de regras, as formações discursivas. Esse conjunto de regras está em constante movimento, produzindo, sempre, novos saberes, fazendo com que determinados sentidos permaneçam presentes com o passar do tempo e outros sejam esquecidos, podendo voltar a ser enunciados em algum outro momento histórico.

Entendendo o discurso dessa maneira, e os enunciados como "performances verbais em função enunciativa", podemos afirmar que o discurso é "prática" (GREGOLIN, 2004/2006). E neste artigo tomaremos como "posição-sujeito", o lugar do dizer assumida por um enunciador quando toma a palavra. Aqui, no caso desta pesquisa, o enunciador é cada jornalista que escreveu o seu texto.

Diante destes conceitos, cabe-nos agora tratar da língua/linguagem.

Diferente do modo como pensado por Saussure, excluindo a fala e as instituições "não semiológicas" (PÊCHEUX, 2010, p. 69), para a AD, a língua/linguagem não é transparente, não é neutra, ela não é um código, como se os significados fossem predefinidos. Para a AD, ao contrário, a língua é carregada de simbologia, é tomada como não transparente, polissêmica e que comporta o equívoco. A língua só faz sentido quando inserida na história, quando funciona como mediação entre o homem e a realidade social.

Pêcheux (2009, p. 82) aponta que "a língua não é uma superestrutura e que ela não se divide segundo as estruturas das classes em 'línguas de classes', com suas próprias 'gramáticas de classes'. [...] A língua está a *serviço da sociedade concebida como um todo"*. A língua, na AD, ultrapassa o sentido de ser tomada como "instrumento de comunicação".

Na abordagem psicanalítica a língua é um dos elementos que nos constitui como sujeitos. É quando o indivíduo tem contato com a língua que ele começa a entrar na linguagem.

Análise de dados

O corpus desta pesquisa é composto por oito títulos de textos jornalísticos que circularam na internet dos dias 12 a 23 de maio de 2011. Para que possamos respaldar a análise dos títulos dos textos, traremos, além dos títulos, alguns trechos de alguns textos. Faremos isso quando necessário para ancorar a nossa análise. Traremos, também, ao longo do artigo, trechos do capítulo 1 do livro didático, o capítulo que foi alvo das críticas jornalísticas.

Lembrando que o título de um texto serve, mesmo que de modo superficial, para nortear o leitor sobre o que será exposto ao longo do texto. De modo figurado, o título serve para "abrir o apetite" do leitor. É no título que encontramos, muitas vezes de forma sutil, algo que nos inspire a ler o texto todo, aguçando a nossa curiosidade.

Feito isso, identificaremos quais as representações construídas pelos jornalistas para:

- língua, no caso língua portuguesa;
- alunos da EJA;
- professores-autores do livro didático.

Analisaremos os seguintes títulos:

1. Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado – Clarissa Oliveira (IG, 12/05/2011)
   Disponível em: http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/ Consulta: 02/06/2014.
2. Por uma vida pior – Dora Kramer (Estadão, 17/05/2011)
   Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,por-uma-vida-pior,720286/ Consulta: 02/06/2014
3. As lições do livro que desensina – Nathalia Goulart (Revista Veja, 20/05/2011)
   Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/as-licoes-do-livro-que-desensina/ Consulta: 02/06/2014

4. Inguinorança – Clóvis Rossi (Jornal Folha de São Paulo, 20/05/2011)
   Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1505201103.htm/ Consulta: 02/06/2014
5. Os adversários do bom português – Renata Betti e Roberta de Abreu Lima (Revista Veja, 23/05/2011)
   Disponível em: http://lingua-agem.blogspot.com.br/2011/05/doutrinar-criancas-com-tese-absurda-de.html/ Consulta: 02/06/2014
6. A consagração da ignorância – Carlos José Marques (Isto É, 20/05/2011) Disponível em:
   http://www.istoe.com.br/assuntos/editorial/detalhe/138110_A+CONSAGRACAO+DA+IGNORANCIA/ Consulta: 02/06/2014
7. Livros pra inguinorantes – Carlos Eduardo Novaes (Jornal do Brasil, 15/05/2011)
   Disponível em: http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/05/16/livros-pra-inguinorantes-por-carlos-eduardo-novaes/ Consulta: 02/06/2014
8. A çituassão está gramática – Agamenon (O Globo, 22/05/2011)
   Disponível em: http://oglobo.globo.com/cultura/agamenon/posts/2011/05/22/a-cituassao-esta-gramatica-381724.asp/ Consulta: 02/06/2014

Analisando os títulos separadamente observamos:

Em *Os adversários do bom português*, observamos a utilização do termo *bom*, adjetivando *português*. Se, para o jornalista, há um *bom português*, é porque há um mau português. Os autores do livro didático são tomados como *adversários* da língua dita correta, adversários do *bom português*, da gramática normativa, como exposto do trecho abaixo.

Neste trecho, retirado do texto *Os adversários do bom português, eles* refere-se aos professores de linguística, anteriormente mencionados.

***Eles** defendem a ideia de que não existe certo ou errado na língua portuguesa, mas que a norma culta, **ancorada na gramática**, é só mais uma entre as várias maneiras de expressar-se* (grifo nosso).

Quem não se utiliza do *bom português,* é seu *adversário*, ou seja, os professores não ensinam a língua correta para os seus alunos, porém, cultivam a fala coloquial, sendo esta sinônimo de ignorância, pois, para os jornalistas, o português que não é o padrão prescrito pelas gramáticas normativas é tomado como "não língua". Estes e outros termos são utilizados ao longo do texto pelos jornalistas para criticar o livro didático em relação às normas gramaticais.

Há, ainda, outros títulos de textos que tratam ironicamente da *falta de conhecimento* (ignorância) do aluno que utiliza o livro didático. Utilizamos, aqui, o termo *ironia,* como figura de linguagem "pela qual se diz o contrário do que se pensa, com intenção sarcástica", como proposto por Cherubin (1989, p. 41). *Inguinorança*, de Clóvis Rossi, e *Livros pra inguinorantes,* de Carlos Eduardo Novaes são dois textos que se utilizam desta figura de linguagem. O sarcasmo, que se configura como ironia desqualificadora, encontra-se materializada nestes títulos de textos, pois as grafias utilizadas para *ignorância* e *ignorantes* procuram reproduzir a fala de pessoas pouco, ou nada, escolarizadas.

Podemos identificar a representação do sujeito-aluno construída pelo enunciador, como duas representações para sujeitos-alunos: um, que se utiliza das regras gramaticais (os não ignorantes), e, os alunos da EJA (os ignorantes).

Em *A consagração da ignorância*, o autor, diferentemente dos dois títulos expostos acima, utiliza a palavra *"ignorância"* de maneira correta, sem ser irônico. Ainda neste título, o jornalista, ao utilizar o termo *consagração,* traz o discurso religioso para o texto, que se mantém presente ao longo do texto, como mostrado no trecho abaixo:

Trata-se de uma ***pregação*** *demagógica e obtusa* (grifo nosso).

No título *A çituassão está gramática,* temos um trocadilho com as palavras "dramática" e "gramática", referindo-se a uma expressão comum na fala: *A situação é/está dramática.*

Dramático, no dicionário Aurélio (online), significa: *adj. Relativo ao teatro: arte dramática. / Que se ocupa com teatro: autor dramático. / Fig. Patético, comovente: um caso dramático.*

Por meio desta inversão de letras feita pelo jornalista, entre o *D* e o *G,* e considerando o sentido figurado da palavra *dramática,* temos, na superfície linguística, componentes que nos permitem afirmar que o autor do texto faz o trocadilho entre as duas palavras para trazer ao leitor o sentido *patético* da situação do livro didático voltado à EJA. Como os outros jornalistas, este também desqualifica o livro didático e, ironicamente, escreve de forma errada. A palavra situação, grafada com cedilha (*Ç*) no início da palavra no lugar de *S*, e dois esses (*SS*), no lugar da cedilha, assim *çituassão*, marca claramente a ironia do autor, sobretudo com o emprego de cedinha no início da palavra, pois, de acordo com a ortografia oficial da língua portuguesa, a cedilha não pode ser a letra inicial de palavras e ela só aparece em sílabas compostas pelas vogais *A*, *O* e *U*, como em *carroÇA*, *poÇO*, *piraÇUnunga* (que significa "aguardente de cana"). À parte a ironia do autor, tanto a letra *Ç*, como o grafema *SS*

representam fonologicamente o /s/, que é o mesmo fonema de *S*, quando em início de palavra, e *Ç*, como é na ortografia correta de *situação*. Assim, se esse título fosse falado, não escrito, essa ironia se perderia. É bom lembrar que a ortografia das palavras de uma língua nem sempre reflete suas transformações ao longo do tempo. Muitas vezes, ela é puramente uma convenção, firmada entre "especialistas", como gramáticos, ou intelectuais, como escritores.

No texto de Kramer, intitulado *Por uma vida pior,* há um jogo de palavras com o título da obra criticada por *"conter erros de língua portuguesa"*, que é *"Por uma vida melhor"*.

Repontando-nos a um trecho de seu texto, vemos que a ironia, no sentido exposto acima, se faz presente ao longo do texto. Vejamos:

> *De onde, 'nós vai ao mercado todos os dias' pode ser um exemplo de construção gramatical plenamente aceitável em salas de aula e fora delas. 'As notícia' também 'poderá' ser 'apresentada' todas as noites nos jornais de televisão sem que os apresentadores sejam importunados por isso.*

Trazendo para cá somente um pequeno parágrafo do texto de Dora Kramer, vimos que a autora ignora completamente o que é proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa, de 1997, que diz que o conteúdo de variantes da linguagem deve ser abordado no 6º ano, seja na EJA seja na seriação comum. Dessa forma, segundo os PCN, todos os livros didáticos de Língua Portuguesa do Brasil devem trazer esse conteúdo.

Ainda nessa linha, demonstrando o não conhecimento dos PCN, a autora escreve outro parágrafo:

> *"Tal deformação tem origem na plena aceitação do uso impróprio do idioma por parte do ex-predidente Lula, cujos erros de português se tornaram inimputáveis, por supostamente simbolizarem a mobilidade social brasileira".*

Aqui, além de ignorar, como dito acima, os PCN, a autora usa o livro didático como ponta de lança para fazer críticas ao modo de falar do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em outra frase a autora afirma: *"Eis o resultado da celebração da ignorância, que, junto com a banalização do malfeito, vai se confirmando como uma das piores heranças do modo PT de governar"*.

Nota-se, por meio deste último parágrafo, que a crítica não é somente ao livro didático, mas também (talvez especialmente), ao governo.

Em *"Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado"* e *"As lições do livro que desensina"*, os enunciadores materializam um mesmo discurso sobre o livro didático. No

primeiro título, nos causa estranheza a utilização dos termos *ensina vs errado* e, no segundo, *lições vs desensina*. Nesses títulos, os enunciadores utilizam palavras com raiz em comum, todas produzindo efeitos de sentido pejorativos.

Por meio destes títulos e, também, pelo que foi materializado pelos outros enunciadores, fica claro o não conhecimento, por parte dos jornalistas, do capítulo do livro que está sendo criticado. Constrói-se, a partir dos títulos analisados, uma imagem extremamente negativa do livro didático, dos professores autores do livro e do MEC, que aprovou o livro "contendo erros". Essa construção dos enunciadores é feita não somente de forma depreciativa, mas também com carga irônica, como vimos acima nos títulos analisados. Trazendo um pequeno recorte do texto introdutório do capítulo, verificamos que o livro não cultiva o ensino errado. Vejamos:

"A norma culta existe tanto na linguagem escrita como na linguagem oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta" (p.12).

Em outros trechos do livro, o uso da língua de forma adequada é novamente mencionado. Com isso, podemos afirmar que a maioria dos jornalistas não leu o livro, se quer o capítulo 1 (que foi o alvo das críticas).

Todos esses títulos de reportagens nos remetem à representação de que há uma língua portuguesa correta, única e também com regras gramaticais incontestáveis. Então, entende-se que as línguas humanas não se modificariam com o tempo, pois seriam imutáveis. Entende-se ainda, pelo que foi enunciado pelos jornalistas, que se existe um "português correto" todos os outros falantes que se comunicam de outra forma estariam falando o "português errado". O "português correto" é a língua imaginada contida nas gramáticas normativas, o(s) outro(s) modo(s) de se expressar oralmente são meios utilizados por pessoas incultas e por esse motivo não deve estar na escola, que é o local onde as pessoas são ensinadas, e até, segundo os jornalistas, "civilizadas". Como nos mostra Bezerra (1984) "[...] a norma instaura uma hierarquia entre as variedades linguísticas e, a partir disso, seleciona uma que ela conserva e privilegia, em detrimento de outras que ela rejeita e marginaliza" (p. 24).

Vale aqui ressaltar a diferença de norma e lei. Segundo Bezerra (1984), "a lei é o que deve ser obedecido e a norma é o que deve ser realizado. A validade da norma não resulta do fato de ela ser ou não seguida ou aplicada, mas somente do dever ser que ela expressa". (p. 9).

Ancorado na análise exposta acima, vemos que nos oito títulos de textos jornalísticos, a língua é tomada como sinônimo de gramática normativa. Essa representação toma as gramáticas normativas como sendo sem divergências entre si, como se todos os gramáticos estivessem de acordo com as prescrições sobre o funcionamento da língua e, aparentemente, só haveria diversas gramáticas de diferentes autores por uma questão de exposição do assunto (BEZERRA, 1984).

Considerações finais

Tendo por base os estudos da Análise do Discurso de linha francesa foi possível, por meio da análise dos títulos dos textos, identificar qual a representação de língua predominante no discurso jornalístico, identificar, também, a representação construída por eles para os professores, os alunos da EJA e, ainda, os autores do livro didático.

Retomando o exposto anteriormente, no capítulo criticado do livro didático, são apresentadas questões sobre a linguagem, apresentadas de forma apropriada para o público a que se destina o livro, os alunos que estão retomando os estudos depois de algum tempo afastados. Desse modo, a autora Heloísa Ramos, apresenta, cautelosamente, o início do percurso que os alunos terão que seguir:

Neste capítulo, vamos exercitar algumas características da linguagem escrita. Além disso, vamos estudar uma variedade da língua portuguesa: a norma culta. (Por uma vida melhor, p.11).

Antes de finalizar, é importante destacar o cuidado que a autora Heloísa Ramos tem ao mostrar aos alunos da EJA que há mais de uma forma de utilizar a língua portuguesa do Brasil, apesar de uma delas se destacar como sendo a correta. A autora, ao longo do texto introdutório, expõe que a língua que se destaca como sendo a correta, é a variante padrão, e que esta deve ser utilizada em situações formais do uso da língua.

Diante da análise realizada neste trabalho, percebemos que todos os títulos dos textos de jornais analisados materializam o discurso de que existe uma língua boa, correta, única e verdadeira, fazendo, assim, com que haja uma regularidade diante da representação de língua no discurso jornalístico. Para os jornalistas, ensinar língua portuguesa é ensinar a gramática normativa. Esta representação imaginária de língua para os jornalistas é apresentada nos títulos dos textos e, também, ao longo deles, na forma de desqualificação dos alunos, dos autores do livro didático e dos professores, que muitas vezes são representados como não tendo boa formação, ou ainda, como sendo “de esquerda”, pois apoiam a “fala errada”, como

é a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os "bons alunos", para os jornalistas, são os que falam e escrevem somente segundo as normas estabelecidas pelas gramáticas normativas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C.A. *et al. Por uma vida melhor***.** Coleção "Viver, Aprender". Volume 2/multidisciplinar. São Paulo: Editora Global, 2011.

BEZERRA, A. P. *Norma e linguagem. Um estudo sobre a representação da norma em gramáticas da língua portuguesa***.** São Paulo: FFLCH-USP (Tese de Douturado), 1984).

CHERUBIM, S. *Dicionário de figuras de linguagem***.** São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1989.

FOUCAULT, M. (1969). *Arqueologia do Saber***.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GREGOLIN, M. R. (2004). *Foucault e Pêcheux: na análise do discurso – diálogos & duelos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

ORLANDI, E. (1990). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 10ª ed. São Paulo: Pontes, 2012.

_____. (1988). *Discurso e leitura***.** 5º ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

PÊCHEUX, M. (1999). Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da memória***.** 3ª ed. Trad. e intr. José Horta Nunes. Campinas : Pontes, 2010. p. 49-57.

_____. (1975). *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: *Por uma análise automática do discurso* – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**.** 4ª ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

http://www.dicionariodoaurelio.com